

CONHECIMENTO, ACESSIBILIDADE E UNIVERSIDADE

Mônica C. M. de MORAES¹

Falar sobre acessibilidade e universidade significa, necessariamente, abordar a questão do conhecimento. Na verdade, significa tratar da produção, aquisição, circulação, classificação e do controle do conhecimento. Em suma, o lugar do conhecimento e o lugar de disseminação do conhecimento numa determinada sociedade. Por isso cabe perguntar: o que é considerado conhecimento? Conhecimento ou conhecimentos?

Charlot (2000) afirma que, do ponto de vista da filosofia clássica, trata-se de pensar a relação do sujeito enquanto Razão com o saber enquanto Ideia. Também afirma que a Razão é uma das formas de relação com o mundo e que, embora essa não seja uma relação autônoma, porque marcada pela ideologia, pelo inconsciente, pelo simbólico, é uma forma específica de relação. Isso quer dizer que o sujeito para conhecer argumenta, verifica, experimenta, demonstra, prova, valida. Isso posto, cabe aqui diferenciar informação e conhecimento. A informação é externa aos sujeitos que dela se apropriam. Já o conhecimento é produzido pelo sujeito, resultado de sua experiência na relação com outros sujeitos e com a informação.

“A análise parece-me pertinente: não há saber senão para um sujeito, não há saber

senão organizado de acordo com relações internas, não há saber senão produzido em uma ‘confrontação interpessoal’. Em outras palavras, a ideia de saber implica a de sujeito, de atividade do sujeito, de relação do sujeito com ele mesmo (deve desfazer-se do dogmatismo subjetivo), de relação desse sujeito com os outros (que coconstroem, controlam, validam, partilham esse saber)” (CHARLOT, 2000).

Ora, se o conhecimento é produzido pelos sujeitos em atividade e relação, é por isso que a relação com o conhecimento é tão importante.

Na dimensão universitária, acrescenta-se, é mister abordar a questão do conhecimento como valor de formação profissional. Trata-se de questão crucial em nosso tempo, pois como aponta Santos (2002) é necessário aos atuais profissionais “[...] um conhecimento prudente para uma vida decente [...]” se quisermos garantir a coerência entre o conhecimento científico e o conhecimento social. Nessa mesma linha, Marcovitch (1998) afirma que há funções norteadoras que justificam a existência da Universidade: missão acadêmica e compromisso social.

Tratando da questão que ora nos importa, temos que perguntar: o que dizer, então, de alunos

¹ Graduada em Pedagogia - Formação de Professores para Deficientes Mentais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1985). Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (1998). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2010). Professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Coordenadora Pedagógica da Prefeitura Municipal de Campinas. Tem experiência na área de Educação, atuando, principalmente, nos seguintes temas: planejamento e avaliação da educação, educação especial e acessibilidade.

deficientes na Universidade? Como dar-lhes acesso aos conhecimentos necessários a essa formação e possibilitar-lhes a autonomia desejável para o exercício profissional comprometido com nosso tempo e nossa sociedade?

A presença de estudantes com deficiência na Educação Superior é tema razoavelmente recente, porém de bastante importância na atualidade, em especial, porque toca na questão da democratização do acesso à educação formal a determinado alunado até bem pouco tempo excluído desse processo desde a educação básica.

Isso representa grande desafio às Instituições de Educação Superior e implica, não só, uma resposta técnico-pedagógica, mas também e principalmente, uma resposta político-pedagógica, face a esse novo alunado, ou poderíamos dizer inspirados em Bourdieu (1996), as razões práticas da universidade para agir afirmativamente em relação aos estudantes com deficiência.

O Aviso Circular nº 277, de 08/05/1996, dirigido aos Reitores das IES, já solicitava a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais. É desafio, portanto, a essas Instituições dar uma resposta conjunta – gestores e educadores – que crie condições e garanta a oportunidade de acesso, permanência e sucesso desses estudantes.

É a reflexão acerca dessas questões que nos aproxima do tema da acessibilidade. Ele vem sendo tratado das mais diversas formas, mas optamos por entendê-lo aqui como

“[...] um processo de transformação do ambiente e de mudança da organização das atividades humanas que diminui o efeito de uma deficiência. Esse processo se desenvolve a partir do reconhecimento social da maturidade de um povo para atender os direitos individuais de cidadania plena” (Guimarães, 2000, in Baumel, 2001).

Ao reconhecermos acessibilidade dessa forma, necessariamente teremos que considerar

algumas dimensões na transformação do ambiente e nas mudanças das atividades humanas.

Vejamos, por exemplo, o uso de tecnologia assistiva. Reportemo-nos, em primeiro lugar, à aceção de Tecnologia Assistiva conforme o Comitê de Ajudas Técnicas da CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Presidência da República) a fim de reafirmar a importância de tecnologias como recurso à acessibilidade de pessoas com necessidades educativas especiais:

“[...] é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social [...]”.

Entretanto, cabe afirmar também que a Tecnologia Assistiva deve passar por tratamento educacional para que seus fins superem a simples tendência de centrar sua importância como meio, processo ou inovação, e que sua utilização tenha finalidade epistemológica, ou seja, intrinsecamente articulada à construção e apropriação do conhecimento pelas pessoas com deficiência.

As implicações institucionais da definição de acessibilidade e tecnologia aqui referenciadas são evidentes, em especial, do ponto de vista do projeto pedagógico da Universidade, pois essa definição de acessibilidade requer transpor²:

- barreiras arquitetônicas urbanísticas – existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- barreiras arquitetônicas na edificação – existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- barreiras nas comunicações – qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou

² De acordo com a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

- barreiras curriculares e atitudinais – que juntas apresentam o desafio de construir uma educação superior de qualidade.

Nesse último caso, após o reconhecimento dos tipos de necessidades educacionais que os estudantes apresentam, a Universidade, por meio do projeto pedagógico de cada curso, indica os tipos de apoio ou suportes que podem oferecer e organizar, como as adequações ou adaptações curriculares, para que os estudantes tenham acesso ao currículo.

Por isso, cada Instituição de Ensino Superior deve ter seu plano de implantação de acessibilidade que garanta a circulação e o acesso dos estudantes com deficiência aos serviços, em especial ao ensino. Esse plano deve abranger, por exemplo, a eliminação de barreiras por meio da adaptação dos recursos instrucionais, capacitação de recursos humanos e adequação dos recursos físicos.

Tal visão pluralística de paradigmas deve mover gestores e professores à medida que desafia a intransigência teórica e

“[...] chama, para si, o conceito de hibridização ou mestiçagem, que caracteriza

linhas teóricas e campos que matizam, mesclam e sintetizam contribuições de áreas diversas em perspectivas trans e interdisciplinares, rompendo barreiras curriculares” (CANEN, A.; CANEN, A. G., 2005 a; CANEN, A., 2008).

Dentre as acepções de conhecimento, a considerada aqui no contexto da acessibilidade é a que significa superação de barreiras. Nesse sentido, a PUC-Campinas, no decorrer de sua história, é pioneira.

Referências

BAUMEL, Roseli C. R. C.; RIBEIRO, Maria Luisa S. *Educação Especial: do querer ao fazer*. São Paulo: Avercamp, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Correa. Campinas: Papirus, 1996.

CANEN, A. *A pesquisa multicultural como eixo na formação docente: potenciais para a discussão da diversidade e das diferenças*. Pesquisa em Síntese. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 297-308, abr./jun. 2008.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MARCOVITCH, Jacques. *A Universidade Impossível*. São Paulo: Futura, 1998. 2ª Ed.